



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
13ª Vara Federal de Curitiba

Av. Anita Garibaldi, 888, 2º andar - Bairro: Cabral - CEP: 80540-400 - Fone: (41)3210-1681 -
www.jfpr.jus.br - Email: prctb13dir@jfpr.jus.br

**EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA CRIMINAL Nº 5016582-
60.2018.4.04.7000/PR**

EXCIPIENTE: OSCAR ALBERTO DA SILVA GAYER JUNIOR

EXCEPTO: JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO PARANÁ

DESPACHO/DECISÃO

1. Foram apresentadas as exceções de incompetência de n.os 5016861-46.2018.4.04.7000 pela Defesa de Sandro Antônio de Lima, 5016591-22.2018.4.04.7000 pela Defesa de Valdomiro Rodacki, 5016582-60.2018.4.04.7000 pela Defesa de Oscar Alberto da Silva Gayer, 5016348-78.2018.4.04.7000 pela Defesa de Antônio José Monteiro da Fonseca Queiroz, 5016176-39.2018.4.04.7000 pela Defesa de Carlos Felisberto Nasser e 5018264-50.2018.4.04.7000 pela Defesa de Ivan Humberto Carratu em relação à ação penal 5013339-11.2018.4.04.7000.

Os pedidos são variados, de devolução do processo para a Justiça Federal de Jacarezinho, de distribuição entre as Varas Federais Criminais de Curitiba ou de remessa à Justiça Estadual de Curitiba.

Considerando, não obstante, que os argumentos são comuns e dizem respeito a mesma ação penal, promovo o julgamento conjunto.

O MPF manifestou-se em todas elas pela improcedência.

Decido.

2. A ação penal 5013339-11.2018.4.04.7000 foi precedida de investigação realizada em diversos processos, entre eles no inquérito 5004606-51.2017.4.04.7013 e no processo de busca e apreensão 5052288-41.2017.4.04.7000.

Como as investigações eram mais abrangentes, é possível que elas gerem novas denúncias.

Em decisão de 04/04/2018 (evento 6), a denúncia foi recebida. A instrução será iniciada em breve, motivo pelo qual oportuno o julgamento das exceções.

Reporto-me à síntese do objeto da denúncia que realizei na decisão de recebimento.

Buscando ser ainda mais sintético, narra a denúncia um esquema criminoso de corrupção, associação criminosa e lavagem de dinheiro.

O Grupo Triunfo, incluindo a empresa Empresa Concessionária de Rodovias do Norte (Econorte), concessionária da exploração de rodovias federais no Paraná, teria efetuado pagamentos subreptícios de vantagem indevida a agentes da Administração Pública Estadual.

Tais valores teriam sido repassados especificamente para o então Diretor do Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Paraná (DER/PR), Nelson Leal Júnior, para os agentes do DER/PR Oscar Alberto da Silva Gayer e Gilson Beckert, e ao agente da Casa Civil do Estado do Paraná Carlos Felisberto Nasser.

Reporta-se ainda a denúncia a diversos crimes de peculatos e fraudes havidas na exploração das rodovias federais no Paraná, com a apropriação de recursos obtidos na concessão mediante a simulação de despesas fictícias.

Narra ainda a denúncia condutas de lavagem de dinheiro, como a aquisição com produto de crime e mediante ocultação e dissimulação de apartamento de luxo por Nelson Leal Júnior, e transferências subreptícias, com simulação de contratos de prestação de serviços, aos agentes públicos estaduais.

Relata ainda a denúncia que empresas do Grupo Triunfo, com a realização das condutas, ainda utilizaram os serviços e as estruturas providenciadas pelos profissionais de lavagem de dinheiro Adir Assad e Rodrigo Tacla Duran.

Não se trata de afirmação abstrata.

Segundo a denúncia, entre 22/01/2008 a 04/02/2015, o Grupo Triunfo teria depositado, sem causa lícita, cerca de R\$ 79.289.643,72, em contas das empresas de fachada Legend Engenheiros e JSM Engenharia, controladas pelo acusado Adir Assad, o que configuraria crimes de lavagem de dinheiro. Tais valores teriam sido sacados e, em seguida, devolvidos em espécie na sede da Construtora Triunfo em Curitiba para serem utilizados para efetuar pagamentos a agentes públicos locais.

O próprio Adir Assad, que celebrou acordo de colaboração, confessou que prestava esses serviços do Grupo Triunfo, agregando que, após realizar os saques milionários em espécie, entregava os valores na sede do Grupo Triunfo em Curitiba:

"que o dinheiro era depositado nas contas das empresas do colaborador; sacado e entregue em espécie na Triunfo em Curitiba, sempre poucos dias após cada faturamento, ou seja, após

cada pagamento que a Triunfo fazia."

Ainda segundo a denúncia, entre 03/05/2012 a 08/09/2014, empresas do Grupo Triunfo depositaram, sem causa lícita, cerca de R\$ 5.974.165,00, na conta da empresa Tacla Duran Sociedade de Advogados, de Roberto Tacla Duran, simulando que os pagamentos teriam por objetivo a remuneração de serviços advocatícios prestados pelo escritório em conjunto com o acusado Ivan Humberto Carratu. Tais depósitos, segundo a denúncia, serviriam para a produção de valores em espécie utilizado para efetuar pagamentos a agentes públicos locais.

Da narrativa bastante sintetizada, é possível extrair conclusões, inclusive quanto à competência.

Pela denúncia, a causa dos pagamentos subreptícios efetuados pelo Grupo Triunfo aos agentes públicos estaduais seriam favores por ele obtido na exploração das rodovias federais no Paraná. Da mesma forma, as condutas de peculato estariam relacionadas à apropriação de recursos obtidos na concessão mediante a simulação de despesas fictícias pela concessionária. Destaco o seguinte trecho da síntese constante na denúncia:

"Relata a denúncia, nas fls. 63-64, que a Econorte, empresa componente do Grupo Triunfo, e concessionária de rodovias federais no Estado do Paraná, teria obtido junto ao DER/PR, dirigido por Nelson Leal Júnior, vantagem ilícita consistente na elevação de tarifas de pedágio e na supressão de obras, mediante condutas fraudulentas, como superfaturamento de despesas operacionais, simulação de despesas operacionais e celebração de aditivos contratuais mediante pagamento de vantagem indevida a agentes públicos.

Relata a denúncia, nas fls. 64-76, que a Econorte, empresa componente do Grupo Triunfo e concessionária de rodovias federais no Estado do Paraná, teria se apropriado indevidamente de recursos obtidos na concessão, cerca de R\$ 31.546.771,98, mediante a simulação de despesas fictícias e pagamentos a diversas empresas de fachada ou superfaturamento de despesas efetivas, com pagamentos realizados às diversas empresas, várias totalmente de fachada. A Econorte contratava a Rio Tibagi, empresa do mesmo grupo, para serviços e obras relacionadas à concessão das rodovias federais e a Rio Tibagi "contratava empresas fantasmas que forneciam notas frias utilizadas para encobrir os desvios ou empresas reais que forneciam notas frias ou que prestavam parcialmente o serviço". Atribui o MPF esses crimes aos acusados Hélio Ogama, Marcelo Montans Zamarian, Leonardo Guerra e Valdomiro Rodacki.

De forma similar, relata a denúncia, nas fls. 77-84, que a Econorte, empresa componente do Grupo Triunfo e concessionária de rodovias federais no Estado do Paraná, teria se apropriado indevidamente de recursos obtidos na concessão, cerca de R\$ 3.779.290,27, mediante simulação de despesas fictícias e pagamentos à empresa Sinatraf Engenharia e Comércio, do acusado Sérgio Antônio Cardoso Lapa, sendo os valores posteriormente passados aos próprios executivos do Grupo Triunfo, Hélio Ogama, Marcelo Montans Zamarian, Leonardo Guerra e Valdomiro Rodacki."

Se os crimes estão relacionados à exploração de rodovias federais, bem público federal, a competência é inequivocadamente da Justiça Federal, conforme art. 109, IV, da Constituição Federal.

A ilustrar, como bem lembrado pelo MPF em suas manifestações, o Ministério dos Transportes e o DNER figuraram como intervenientes nos contratos de concessão dos serviços de exploração das rodovias federais, e há diversos precedentes do Egrégio Tribunal Regional Federal da 4ª Região e do Superior Tribunal de Justiça reconhecendo a competência federal para processar e julgar, no cível, ações civis públicas destinadas à revisão de tarifas de exploração de pedágios ou os contratos de concessão (TRF4, AC 2006.70.13.002434-3, Terceira Turma, Relator Luiz Carlos de Castro Lugon, D.E. 10/12/2008; AgRg no REsp 851.421/PR, Rel. Min. Humberto Martins, 2ª T.j. 4/12/2007, DJ 04/12/2007, p. 386; e REsp 848.849/RS, Rel. Min. José Delgado, 1ª T.j. 03/10/2006, DJ 26/10/2006, p. 253).

Então, a primeira conclusão é que a competência é absoluta da Justiça Federal sobre esses crimes e mesmo sobre eventuais crimes conexos de competência da Justiça Estadual, conforme entendimento sumulado.

A competência é ainda da Justiça Federal de Curitiba.

Os agentes públicos beneficiados pelos pagamentos subreptícios residem e exerciam suas atividades em Curitiba/PR.

Parte dos crimes de lavagem ocorreu em Curitiba.

Por exemplo, a conta bancária da empresa Power Marketing Assessoria e Planejamento na qual o acusado Carlos Alberto Nassser teria recebido depósitos milionários de empresas do Grupo Triunfo disfarçados de remuneração de serviços lícitos era mantida em agência bancária em Curitiba.

E, como adiantado, Adir Assad, após receber em contas de empresas de fachada, depósitos milionários de empresas do Grupo Triunfo, sacava os valores e os entregava, em espécie, na sede do Grupo Triunfo em Curitiba, para posterior distribuição por este com finalidades ilícitas.

Outra parte ocorreu em Balneário Camboriú, como a aludida aquisição, com produto de crime, de apartamento de luxo por Nelson Leal Júnior.

Na Seção Judiciária do Paraná, compete exclusivamente às Varas Federais Criminais de Curitiba processar e julgar crimes de lavagem de dinheiro, isso em decorrência da especialização promovida pelo Egrégio Tribunal Regional Federal da 4ª Região desde a Resolução n.º 20/2003 da Presidência do TRF da 4.º Região e que já foi considerada constitucional pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal (Habeas Corpus n.º 85.060, Rel. Min. Eros Grau, 1.ª Turma do STF, j. em 23/09/2008, DJE de 13.02.2009).

É das Varas Federais Criminais desta cidade a competência para processar e julgar crimes de lavagem de dinheiro.

Não se ignora que a investigação iniciou-se na Justiça Federal de Jacarezinho, tendo inclusive sido instaurado perante ela o inquérito 5004606-51.2017.4.04.7013, além de vários outros processos conexos.

Foi da iniciativa daquele Juízo remeter os processos para a Justiça Federal de Curitiba, no que agiu acertadamente ao verificar a presença de indícios de crimes de lavagem e que, a confirmar a hipótese de investigação, foram depois objeto da denúncia.

Então, inequivocadamente, a competência das Varas Federais de Curitiba está justificada, pois, além de parte das condutas delitivas terem se consumado em Curitiba, o que lhes atribui competência territorial, impõe-se a competência material em decorrência da especialização sobre imputações de crimes de lavagem.

Em um terceiro ponto, a questão que se coloca é se os processos, tendo vindo da Justiça Federal de Jacarezinho, deveriam ter sido livremente distribuídos entre as quatro Varas Federais Criminais de Curitiba ou se deveriam ter sido distribuídos por prevenção a este Juízo responsável pelos processos atinentes à Operação Lavajato.

Vislumbrou este Juízo elementos de conexão decorrentes da utilização dos serviços de lavagem de dinheiro de Adir Assad e Rodrigo Tacla Duran pelo Grupo Triunfo, inclusive como forma de obtenção de recursos em espécie para a realização de pagamentos a agentes públicos.

Repetindo, empresas do Grupo Triunfo celebrariam contratos simulados com empresas controladas por Adir Assad e Rodrigo Tacla Duran, fariam depósitos milionários sem causa lícita nas contas dessas empresas, as contas dessas empresas sofreriam saques milionários e os valores em espécie seriam disponibilizados a agentes públicos como vantagem indevida.

Adir Assad e Rodrigo Tacla Duran já eram investigados no âmbito da Operação Lavajato uma vez que teriam prestado serviços equivalentes a empreiteiras fornecedoras da Petrobrás.

Adir Assad já foi condenado por crime de lavagem, em primeira e segunda instância, na ação penal 5012331-04.2015.4.04.7000. Também já foi condenado, em primeira instância, na ação penal 5037800-18.2016.404.7000 por crimes semelhantes.

Rodrigo Tacla Duran, em síntese, é suspeito de ter trabalhado, como profissional de lavagem, para o Setor de Operações Estruturadas do Grupo Odebrecht e também para outras empreiteiras fornecedoras da Petrobrás, como a UTC Engenharia.

Responde perante este Juízo à ação penal 5019961-43.2017.4.04.7000. Consta na denúncia que recebeu cerca de 54 milhões de reais da UTC Engenharia através de contratos simulados com suas empresas, como a Tacla Duran Sociedade de Advogados. Também teria recebido, no exterior, do Grupo Odebrecht USD 12,7 milhões em conta off-shore que controlava, com o objetivo de disponibilizar o equivalente em reais em espécie no Brasil para pagamento a agentes públicos.

Mais recentemente, foi recebida denúncia na ação penal 5054787-95.2017.4.04.7000, que tem por objeto o suposto pagamento de vantagem indevida ao gerente da Petrobrás Simão Marcelino da Silva Tuma pelo Grupo Odebrecht em contrato do COMPERJ, tendo os pagamentos sido efetuados através do Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht, com envolvimento direto de Rodrigo Tacla Duran.

Entendeu este Juízo que há pontos de conexões probatórias entre os casos que constituem objeto da Operação Lavajato com os crimes em apuração no processo 5052288-41.2017.4.04.7000 e que geraram a ação penal 5013339-11.2018.404.7000, pois há e havia indícios de que o Grupo Triunfo e as empresas fornecedoras da Petrobrás utilizaram os mesmos instrumentos de ocultação e dissimulação, especificamente os mesmos mecanismos de lavagem disponibilizados por Adir Assad e Rodrigo Tacla Duran, para disponibilizar pagamentos de vantagem indevida a agentes públicos.

Tanto é assim que, em 05/07/2016, este Juízo, a pedido do MPF, havia autorizado, no processo 5035144-88.2016.4.04.7000, buscas e apreensões em endereços associados a Adir Assad e Rodrigo Tacla Duran, e ainda em empresas do Grupo Triunfo para colher provas a respeito da atividade de lavagem deles e para colher provas a respeito das causas dos pagamentos efetuados a eles por empresas do Grupo Triunfo. Essas provas foram depois utilizadas pelo MPF na representação do processo 5052288-41.2017.4.04.7000 e que gerou a ação penal 5013339-11.2018.404.7000.

Por este motivo, este Juízo acolheu a competência por prevenção após a remessa dos processos pela Vara Federal de Jacarezinho.

Essas questões já foram prematuramente levadas à instância recursal por conta de habeas corpus impetrados por algumas das Defesas no âmbito do processo de busca e apreensão nº 5052288-41.2017.4.04.7000.

O ilustre Relator, Desembargador Federal João Pedro Gebran Neto, não reconheceu a prevenção da 13ª Vara Federal de Curitiba, tendo apresentado voto, no HC 5010672-03.2018.4.04.0000, para defir parcialmente a ordem para, apesar de reconhecer a competência da Justiça Federal determinar a livre distribuição da ação penal entre as Varas Federais Criminais de Curitiba.

Transcreve-se:

"3.2. Da competência para o processamento e julgamento do IPL n° 5004606-51.2017.40.4.7013/PR e demais feitos relacionados

3.2.1. A competência geral para casos relacionados à 'Operação Lava-Jato' já foi examinada pelo STJ, ainda que sucintamente, como preliminar no RHC n° 80.087/RS, interposto por PAULO TARCISO OKAMOTTO. Na oportunidade, assentou o e. Ministro Félix Fischer:

'Preliminar de incompetência deste Relator

Na petição de fls. 332-355 o Recorrente sustenta que inexistente prevenção a justificar a distribuição do presente recurso à minha relatoria, pois como não há unidade de julgamento (pelo contrário, há um miríade de ações penais e cautelares distribuídas na primeira instância, muitas com sentenças já proferidas inclusive), não há motivo para haver a distribuição por dependência nos tribunais.

Sustenta que a questão central reside na distribuição originária por prevenção, ocorrida com o HC n. 291.013/PR, impetrado em favor de PAULO ROBERTO COSTA e distribuído por sorteio (inicialmente) em 24/3/2014, havendo uma complexa teia de dependências que remonta à operação Bidone, a 2ª fase da Lava-Jato.

Diz que, a partir de então, permaneceu inalterada a lógica de dependências tanto no TRF como nesta Corte. Entretanto, sustenta que não há enlace direto entre a operação que levou à denúncia contra o Recorrente e a operação que remete à 2ª fase da Lava-Jato, pois os fatos são absolutamente distintos.

Sendo assim, o Recorrente alega que não sou competente para o julgamento, como Relator, do presente recurso.

Sucedendo que no Conflito de Competência n. 145.705/DF, ficou assentado que:

'Nos casos dos processos decorrentes da chamada 'Operação Lavajato', há estreito liame tanto intersubjetivo quanto instrumental que determina a aplicação da regra do art. 71 e seu § 2º para a solução deste conflito, não obstante a pluralidade de ações, e as bem lançadas razões expostas pelo eminente Ministro Félix Fischer.

A conexão para o processamento dos feitos decorrentes da 'Operação Lavajato' foi fixada na 13ª Vara Federal da Seção Judiciária do Paraná; estendeu-se ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região e perdura no Supremo Tribunal Federal. Não há razão para que não seja reconhecida no âmbito deste Sodalício.

Voto, por isso, no sentido de conhecer do conflito para, reconhecendo a prevenção para o processamento e julgamento das ações e recursos decorrentes da 'Operação Lavajato', desde que constatados os requisitos da interligação entre os sujeitos e organizações envolvidas, além da vinculação probatória, declarar competente o Ministro Félix Fisher, suscitado .

Para melhor compreensão da matéria, cito excerto do parecer ministerial exarado no HC n. 339340/PR, de minha relatoria, no qual também foi levantada preliminar de incompetência por inexistência de prevenção:

'[...]O Ministro Ribeiro Dantas, relator originariamente prevento para os processos decorrentes da investigação denominada 'Lava Jato', proferiu votos que restaram vencidos nos Habeas Corpus n.ºs 332.586, 332.637, 338.297, 331.829 e 338.345, todos do Paraná.

Nesses processos, proferiu voto vencedor o Ministro Félix Fischer.

Poder-se-ia argumentar que os recursos e habeas corpus posteriores não seriam decorrentes do mesmo processo criminal em curso na 13ª Vara Federal em Curitiba. Todavia, embora sejam múltiplas as ações penais em curso separadamente naquele Juízo Federal, decorrentes das investigações denominadas 'Lava Jato', não se pode deixar de considerar a conexão existente.

Em outros termos, a separação das imputações em ações penais diversas que tramitam na 13ª Vara Federal em Curitiba não afasta a conexão entre elas. Aliás, é precisamente a conexão existente que justificou em decisões diversas, do STF e do TRF/4ª Região, a competência da 13ª Vara Federal em Curitiba para as ações penais decorrentes da investigação de atos de corrupção em detrimento da Petrobras (Lava jato).

Portanto, há de se reconhecer também a conexão entre os recursos e habeas corpus posteriores, relacionados às ações penais em curso na 13ª Vara Federal em Curitiba, decorrentes da investigação de atos de corrupção em detrimento da Petrobras (Lava jato). [...] (fls. 8.903-8.904 do HC n. 339.340/PR, grifou-se).'

A decisão da Corte Especial do STJ indica a cadeia de competência em vários graus de jurisdição.

Nessa senda, é tranquilo o entendimento que aponta para a competência da 13ª Vara Federal de Curitiba/PR para julgamento dos fatos relacionados à Petrobras. Aliás, dispensado o histórico de distribuições, o corte material feito pelo Supremo Tribunal Federal foi seguido rigorosamente por aquela Corte em inúmeras decisões posteriores, inclusive em investigações originadas no Estado do Paraná surgidas em encontro fortuito de provas.

Na hipótese, salienta-se, não há notícia de apuração no inquérito originário de qualquer fato que envolva a estatal petrolífera, como inclusive reconhece o Juízo Titular da 13ª Vara Federal de Curitiba/PR.

3.2.2. *É certo que as regras de modificação de competência permitem a união de processos relativos a fatos conexos, cuja separação traria prejuízos à compreensão do tema.*

Contudo, não obstante as considerações do Juízo Titular da 13ª Vara Federal de Curitiba/PR, a presença de dois personagens já conhecidos no âmbito da 'Operação Lava-Jato', Rodrigo Tacla Duran e Adir Assad, não modifica tal raciocínio, pois a competência no caso deve se fixar em razão de fatos, não de pessoas, ainda que algum deles seja colaborador e que de suas declarações tenha se originado a investigação.

De mais a mais, inexistindo conexão entre os fatos, não há falar em risco de decisões contraditórias.

Fosse essa regra absoluta, nada justificaria a cisão de processos que tramitam em Tribunais (inclusive perante o Supremo Tribunal Federal) no que diz respeito aos investigados sem foro por prerrogativa de função. Igualmente não se sustentaria a relativização do princípio da indivisibilidade da ação penal.

Também não se há de falar em pulverização das provas, haja vista que a própria autoridade coatora admite que existirão feitos distribuídos a outras jurisdições, inclusive estranhas à Subseção Judiciária de Curitiba/PR.

Ademais, nada obsta que a prova lícita possa ser compartilhada entre juízos, sobretudo no atual estágio em que as investigações se encerraram, sem prejuízo de que novas diligências sejam requeridas pelo Ministério Público Federal no curso do processo."

O voto culminou por ser vencido no julgamento por maioria pela Colenda 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Mas a maioria vencedora não examinou a questão da competência da 13ª Vara Federal. Apenas concluiu que a questão deveria ser previamente submetida a este Juízo por meio de exceção de incompetência, após o que poderia ser reexaminada pela instância recursal.

Direito não é lógica, mas experiência, lembrando o adágio famoso do Juiz Oliver Wendell Holmes da Suprema Corte norte-americana.

As regras de competência, incluindo as de conexão, têm motivos muito pragmáticos, um deles, o de facilitar o julgamento dos processos, tornando prevento o juiz que primeiro conheceu a causa e buscando evitar, decisões contraditórias e dispersão de provas, em processos conexos.

Considerando que as atividades de Adir Assad e Rodrigo Tacla Duran, supostos profissionais da lavagem de dinheiro, já eram investigadas perante este Juízo, bem como a relação do Grupo Triunfo com ambos, conforme processos pré-existentes à investigação em Jacarezinho, entre eles o processo 5035144-88.2016.4.04.7000, no qual foram autorizadas buscas e apreensões em 05/07/2016 em endereços associados a Adir Assad, Rodrigo Tacla Duran e ao Grupo Triunfo (36ª fase da Operação Lavajato), e o processo 5011708-37.2015.4.04.7000, no qual foram autorizadas buscas e apreensões autorizadas em 13/05/2015 em endereços associados a Adir Assad, há motivos razoáveis para reputar este Juízo prevento entre as Varas Federais Criminais de Curitiba/PR.

Não obstante, é também correto afirmar, como consta no voto acima, que a ação penal 5013339-11.2018.404.7000 não tem objeto certos de corrupção em contratos da Petrobrás, o que, juntamente com as posteriores revelações e crimes praticados no âmbito do Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht, constitui o cerne da Operação Lavajato, sendo também razoável o entendimento de que a separação dos

processos não geraria grandes dificuldades para o processo e julgamento, já que as provas podem ser compartilhadas entre as Varas Criminais Federais de Curitiba.

Diante da razoabilidade dos entendimentos diversos, merecem considerações outras questões pragmáticas.

É importante definir desde logo o Juízo competente para evitar posteriores pronunciamentos de invalidade sobre os atos praticados. No ponto, é relevante que o Juízo tenha presente o r. posicionamento adiantado pelo Relator dos processos atinentes à Operação Lavajato, o que foi feito no HC 5010672-03.2018.4.04.0000.

Outra questão diz respeito à sobrecarga deste Juízo com as persistentes apurações de crimes relacionados a contratos da Petrobrás e ao Setor de Operações Estruturadas do Grupo Odebrecht. O número de casos é elevado, bem como a complexidade de cada um, gerando natural dificuldades para processamento em tempo razoável.

Nas circunstâncias, juízos de conveniência e oportunidade recomendam que se prestigie a posição avançada pelo Relator do HC 5010672-03.2018.4.04.0000. A medida também encerrará qualquer discussão pelas Defesas quanto à suposta falta de prevenção deste Juízo.

Assim, é o caso de acolher parcialmente as exceções de incompetência, para o fim de determinar a redistribuição da ação penal 5013339-11.2018.404.7000 e processos conexos entre as Varas Federais Criminais de Curitiba, excluída da distribuição o Juízo Federal Titular da 13ª Vara.

Quanto ao pedido das Defesas de reconhecimento da invalidade dos atos processuais já praticados, não lhes assiste razão.

Cabe exclusivamente ao Juízo definido como competente por distribuição decidir sobre a ratificação ou não dos atos processuais já praticados. De todo modo, o art. 567 do CPP é claro quanto à conservação da validade dos atos já praticados, salvo decisórios. Não houve ainda sentença na ação penal e é pacífico na lei e jurisprudência que os demais atos, como quebras, buscas e apreensões e prisões cautelares, são ratificáveis.

Por fim, quanto aos questionamentos de validade do arquivamento e retomada do inquérito 5004606-51.2017.4.04.7013, trata-se de matéria estranha à exceção de incompetência. Deve ser discutida na ação penal, sendo, aliás, questão já decidida pelo Juízo, conforme item 7 da decisão de 25/05/2018 (evento 220).

3. Ante o exposto, julgo parcialmente procedente as exceções de incompetência para o fim exclusivo de determinar a livre redistribuição da ação penal 5013339-11.2018.404.7000 entre as Varas Federais Criminais de Curitiba, excluída da distribuição o Juízo Federal Titular da 13ª Vara.

Redistribuída a ação penal, determinarei por despacho a redistribuição dos processos conexos por dependência.

Junte-se cópia desta decisão nas exceções 5016861-46.2018.4.04.7000, 5016591-22.2018.4.04.7000, 5016348-78.2018.4.04.7000, 5016176-392018.4.04.7000 e 5018264-50.2018.4.04.7000, bem como na ação penal 5013339-11.2018.404.7000.

Ciência ao MPF e Defesa.

Curitiba, 11 de junho de 2018.

Documento eletrônico assinado por **SÉRGIO FERNANDO MORO, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **700005050105v2** e do código CRC **2a7dd395**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): SÉRGIO FERNANDO MORO
Data e Hora: 11/6/2018, às 13:44:13

5016582-60.2018.4.04.7000

700005050105 .V2